

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO NÃO
VIOLENTA: PRÁTICAS DA GESTÃO ESCOLAR
VISANDO A PAZ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Clara Celina Ferreira Dias

**Agudo, RS, Brasil
2012**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO
NÃO VIOLENTA: PRÁTICAS DA GESTÃO ESCOLAR
VISANDO A PAZ**

por

Clara Celina Ferreira Dias

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Ms. Silvia Guareschi Schwaab

**Agudo, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a distância**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO NÃO
VIOLENTA: PRÁTICAS DA GESTÃO ESCOLAR VISANDO A
PAZ**

elaborado por

Clara Celina Ferreira Dias

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Prof^a. Ms. SILVIA GUARESCHI SCHWAAB (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof^a. Ms. LUCIA BERNADETE FLEIG KOFF (UFSM)
(Examinadora)

Prof^a. Ms. NEILA PEDROTTI DRABACH (UFSM)
(Examinadora)

Prof^a. Dr^a. MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER (UFSM)
(Suplente)

Agudo, novembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça de conviver e conhecer pessoas especiais que me apoiaram e colaboraram para que fosse desenvolvido este trabalho de conclusão de curso.

Ao Meu marido, **Jair Antônio Dias**, pela paciência e incentivo. Fica o meu reconhecimento pelos grandes ensinamentos: familiares, jurídico e exemplo de vida;

Aos meus filhos, **Ana, Fábio e Daniel**, agradeço a capacidade em entenderem a falta de tempo. A minha filha Ana agradeço pelos momentos de alegria e reflexões, ao Fábio pela demonstração constante de carinho, e ao Daniel pela sabedoria e por me conhecer tão bem;

A **lasmin**, pelo amor incondicional dispensado ao meu filho Fábio, e acima de tudo por estar grávida da **Sofia**, nossa vida;

Aos meus pais por não terem desistido em me conceber. A minha mãe, **Leida**, por ser um exemplo de mulher corajosa, persistente e de fé. Aos meus irmãos **Leila, Zélio e Fábio** (In Memoriam), que sempre me apoiaram que se alegram com minhas conquistas, e se preocupam comigo. Obrigada por me amarem!

Ao meu cunhado e amigo **Caju**, por sempre estar ao nosso lado, apoiando e acreditando na família;

Ao Frei **Lírio**, que a cada encontro é uma renovação de fé;

As amigas e colegas **Adriana, Nereida e Rosane** pelo apoio e amizade mediada por confiança recíproca e respeito;

Aos demais familiares e amigos que contribuíram de diferentes maneiras para a conclusão deste trabalho;

Aos professores, alunos, funcionários, supervisão e orientação escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Afonso Pena, por ter aprendido muito com vocês, e que pela importância que tiveram para a realização desta pesquisa;

A minha Orientadora Prof^a. Ms. **Silvia Guareschi Schwaab** que contribuiu com o seu conhecimento e considerações imprescindíveis para a elaboração, desenvolvimento e conclusão deste estudo.

A Universidade Federal de Santa Maria, através das tutoras presenciais e a distância do Polo de Agudo da Universidade Aberto do Brasil.

“O educador ou coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra. Da coordenação sintonizada com cada diferente instrumento, ele rege a música de todos. O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer. A sintonia de cada um com o outro, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia do maestro com cada um e com todos é o que possibilita a execução da peça pedagógica. Essa é a arte de reger as diferenças, socializando saberes individuais na construção do conhecimento generalizável e para a construção do processo democrático.” (Freire, 2009)

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

JUSTIÇA RESTAURATIVA E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: PRÁTICAS DA GESTÃO ESCOLAR VISANDO A PAZ

AUTORA: Clara Celina Ferreira Dias
ORIENTADORA: PROF^a. MS. SILVIA GUARESCHI SCHWAAB
Data e Local da Defesa: Agudo, 30 de novembro de 2012.

Com esta pesquisa constatamos que no ambiente escolar tem aumentado significativamente a violência entre os atores sociais que fazem parte do contexto educacional. Com uma nova perspectiva na resolução de conflitos, a Justiça Restaurativa desenvolve suas ações voltada para a vítima, agressor e comunidade. Baseada em uma comunicação não violenta para pacificar e resolver os conflitos gerados pela violência em uma comunidade, bairro ou escola. Com base em valores fundamentais, como o respeito, a participação, a responsabilidade, o empoderamento, a humildade. Tendo tudo isso em vista, procuramos responder com esta pesquisa o seguinte questionamento: Como as práticas restaurativas podem contribuir para a construção da humanização e pacificação do ambiente escolar e seu entorno? O objetivo deste trabalho é promover uma cultura de paz na escola de ensino público por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa, como forma de lidar com as situações de violência e restauração de conflitos. Com base neste estudo, compreendemos que uma gestão participativa pode pacificar o ambiente escolar adotando os princípios da Justiça Restaurativa para a resolução de conflitos.

Palavras-chave: gestão educacional; justiça restaurativa; resolução de conflitos.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Lato Sensu Specialization in Educational Management
Universidade Federal de Santa Maria

RESTORATIVE JUSTICE AND NON VIOLENT COMMUNICATION: PRACTICE MANAGEMENT SCHOOL SEEKING PEACE

AUTHOR: Celina Clara Ferreira Dias
GUIDANCE: PROF^a DM. SILVIA GUARESCHI SCHWAAB
Date and Local Defence: Acute, November 30, 2012.

With this research we found that the school environment has significantly increased violence among social actors that are part of the educational context. With a new perspective on conflict resolution, restorative justice develops its actions toward the victim, offender and community. Based on a non-violent communication to pacify and resolve conflicts caused by violence in a community, neighborhood or school. Based on fundamental values such as respect, participation, accountability, empowerment, humility. Having all this in mind, we seek to answer this research the following question: How restorative practices can contribute to the building of peace and humanizing the school environment and its surroundings? The objective of this work is to promote a culture of peace in the school of public education through the theoretical and methodological assumptions of restorative justice as a way of dealing with situations of violence and conflict restoration. Based on this study, we understand that a participative management can pacify the school environment by adopting the principles of Restorative Justice for conflict resolution.

Word-key: education administration; restorative justice; resolution of conflicts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJURIS	Escola superior da Magistratura
CEED	Conselho Estadual da Educação
CF	Constituição Federal
COM	Círculo de Pais e Mestres
COPREVES	Comitê de Prevenção e Combate à Violência na Escola
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
JR	Justiça Restaurativa
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAC	Programa Escola Aberta para a Cidadania
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
RS	Rio Grande do Sul
SEDUC	Secretária Estadual de Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Elementos do Círculo Restaurativo.....	45
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Percentual de participantes entre professores e alunos.....	48
GRÁFICO 02 - Existem Episódios de Violência no espaço escolar?.....	49
GRÁFICO 03 - Os episódios de violência ocorreram:.....	50
GRÁFICO 04 - Durante as práticas de violência você se viu envolvido como:...	51
GRÁFICO 05 - A quem você relatou:.....	51
GRÁFICO 06 - Você relatou o fato aos:.....	52
GRÁFICO 07 - Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:	53
GRÁFICO 08 - Em sua opinião, a equipe gestora tem agido para combater estas situações de violência?.....	54

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 01- Dinâmico do Processo Restaurativo.....	41
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - características dos modelos da Justiça Retributiva e Restaurativa.....	38
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Características dos entrevistados quanto às práticas de violência no espaço escolar (Professores).....	64
TABELA 02 - Características dos entrevistados quanto aos tipos de violência praticados na escola (professores).....	65
TABELA 03 - Características dos entrevistados em relação a atuação da equipe diretiva em combater a violência escolar (professores).....	65
TABELA 04 - Características dos entrevistados quanto às práticas de violência no espaço escolar (Alunos).....	66
TABELA 05 - Características dos entrevistados quanto aos tipos de violência praticados na escola (Alunos).....	67
TABELA 06 - Características dos entrevistados em relação a atuação da equipe diretiva em combater a violência escolar (Alunos).....	67

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Reportagem do Jornal Diário de Santa Maria/RS.....	68
--	----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da Pesquisa (professores).....	60
APÊNDICE B - Questionário da Pesquisa (alunos).....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 Problema de Pesquisa	19
2 Objetivo Geral	20
3 Objetivos Específicos	20
4 Metodologia da Pesquisa	21
CAPÍTULO 1 – GESTÃO EDUCACIONAL	24
1.1 Contexto atual da Educação Brasileira	29
CAPÍTULO 2 – JUSTIÇA RESTAURATIVA	34
2.1 Origem.....	34
2.2 Conceitos	35
2.3 Valores elementares na Justiça Restaurativa	36
2.4 A Justiça Restaurativa nas escolas da rede estadual	39
2.5 Círculos de Paz	40
2.6 Círculos Restaurativos	42
2.7 Pré-Círculo	43
2.7.1 Círculo	43
2.7.2 Pós Círculo	44
2.8 Por que fazer Justiça Restaurativa nas escolas?	45
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICES	60

TABELAS63

ANEXOS68

INTRODUÇÃO

A gestão democrática e participativa é vista como a possibilidade e a capacidade institucional das escolas ampliarem a democracia na educação e planejar suas ações, através da participação dos segmentos da comunidade escolar e local.

O planejamento escolar é um trabalho que faz parte do cotidiano da equipe diretiva e educadores. Por ser uma atividade multidisciplinar necessita do envolvimento individual e coletivo das pessoas que estão inseridas nesta construção.

O sucesso deste trabalho conjunto depende da participação de todos. Para Vianna (1986) o planejamento participativo constitui uma estratégia de trabalho, ao planejar buscamos solução de problemas comuns.

A formação continuada de professores é uma necessidade e um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) ¹ e é um fator decisivo na qualidade da aprendizagem da escola e do planejamento educacional.

Por isso a construção da formação continuada articula-se entre o trabalho individual e o coletivo. O profissional precisa integrar teoria e prática, e assim refletir em relação a sua prática pedagógica no cotidiano escolar.

O gestor educacional tem grandes desafios e comprometimentos, e deve estar atento à realidade e as mudanças no contexto escolar, a maneira de solucionar conflitos, a prática pedagógica, a violência, a evasão escolar, as dificuldades de aprendizagem, as relações de poder na escola, são situações que afetam o sentido do processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que o ambiente escolar é o local onde professores e alunos passam a maior parte do tempo. Assim, é neste espaço que convergem ideias pensamentos, a construção coletiva de saberes e também a troca de experiência entre os atores deste cenário, e por isso é natural a presença de conflitos.

Neste contexto escolar os gestores e os educadores devem promover a prática da comunicação da não violência tanto na sala de aula como em outros espaços da escola, e desta forma criar um ambiente de pacificação.

¹ Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/legislacao.jsp?CAO=acao1>.

Tendo isso em vista, a paz é certamente um dos temas mais debatidos atualmente. O estado de paz interessa aos políticos, religiosos, instituições nacionais e internacionais. Muitas discussões acontecem em todo o mundo, e indica o quanto o estado de paz nas diferentes nações é significativo na atualidade e promove a qualidade de vida da sociedade.

Uma cultura de paz parece apontar para a promoção e desenvolvimento do diálogo inclusivo e respeitoso no ambiente escolar, resultando num espaço seguro e saudável para a comunidade escolar e local.

Portanto uma educação que opere nos moldes de uma cultura de paz tende a contribuir no desenvolvimento de políticas sociais preventivas de situações de violência.

Diante desse ideal de educação, encontra-se a Justiça Restaurativa com seus pressupostos teóricos e metodológicos específicos que podem auxiliar na construção de uma cultura de paz nas escolas.

É nessa perspectiva da implantação de práticas da Justiça Restaurativa nas escolas que este trabalho monográfico foi desenvolvido.

1. Problema de pesquisa

No atual contexto do aumento do número de acidentes e de episódios de violência em algumas escolas, e com a expectativa em inserir práticas que diminuam os conflitos nos ambientes escolares, procura-se desenvolver ações que busquem uma alternativa pedagógica para a solução dos conflitos.

Neste sentido, a Justiça Restaurativa (JR) desenvolve suas ações com base em uma comunicação não violenta para pacificar e resolver os conflitos gerados por uma violência em uma comunidade, bairro ou escola, com base em valores fundamentais, como o respeito, a participação, a responsabilidade, o empoderamento, a humildade.

A experiência do *Projeto Justiça Para o Século 21: instituindo práticas restaurativas*,² inserido no Poder Judiciário gaúcho, localizado na capital, e

² <http://www.justica21.org.br/j21.php?id=102&pg=0#.UJ3baGewad4>.

articulado pela Escola Superior da Magistratura da (AJURIS)³ tem mostrado que é possível uma cultura de paz nas escolas.

Como exemplo, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rafael Pinto Bandeira⁴, em Porto Alegre, tem trabalhado com uma comunicação não violenta na escola por meio dos pressupostos da Justiça Restaurativa.

Por tanto buscar práticas de Gestão Escolar que contemplem a realidade escolar, e que caminhe na prevenção da violência nos espaços escolares, fortalece as relações da comunidade escolar e local, e pode responder ao seguinte questionamento: Como as práticas restaurativas podem contribuir para a construção da humanização e pacificação do ambiente escolar e seu entorno?

Com esta preocupação, gestores, pais/responsáveis, alunos, professores e funcionários se unem visando uma educação para a paz.

2. Objetivo Geral

Este estudo, *Justiça Restaurativa e Comunicação não violenta: Práticas da Gestão Escolar visando a paz* tem como objetivo geral promover uma cultura de paz na escola de ensino público por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa, para lidar com as situações de violência e restauração de conflitos no espaço escolar.

3. Objetivos Específicos

- Promover a integração entre alunos e professores;
- Sensibilizar professores, funcionários e pais da acerca da Justiça Restaurativa;
- Possibilitar a revisão do Projeto Pedagógico da escola visando uma comunicação não violenta, através de reuniões de formação e assembleia de pais.

³Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul.

⁴ http://escolarafaelpintobandeira-poa.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html.

4. Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa por se preocupar pelo processo em si, e busca uma reflexão a análise da realidade para conhecer o contexto escolar, e promover práticas pertinentes ao tema. De acordo com Chizzotti (2006):

a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2006, p.79).

Esta pesquisa demanda o compromisso do pesquisador com a comunidade escolar a fim de buscar soluções coletivas para diminuir a violência que atingi as pessoas na escola e no seu entorno.

Com a definição de pesquisa-ação constatamos que este tipo de pesquisa é a mais adequada para dar sentido a este estudo, segundo Oliveira (2012):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (OLIVEIRA, 2012, p. 74, apud THIOLENT, 1998, p. 15).

Além disso, juntamos a esta pesquisa qualitativa, informações quantitativas para ampliar o entendimento dos resultados obtidos. Como afirma Minayo (1997): “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Realizamos a pesquisa com uma turma de 8ª série do ensino fundamental, em 2010, com 20 alunos e 14 professores, tendo como *lócus* uma Escola Estadual de Ensino Médio localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a fim de analisar como os mesmos lidam com as situações de violência apontadas pelo grupo selecionado no espaço escolar.

O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa foi o questionário fechado, este foi respondido por uma amostragem de alunos e professores da escola. Considerando a importância deste instrumento para o diagnóstico escolar Christov (2009) afirma:

Questionário fechado: é um instrumento de investigação que se caracteriza pela busca de informações relativas a certo tema (ou temas), solicitadas por escrito, por meio de *perguntas fechadas*. *Perguntas fechadas* são aquelas para as quais ou há um número limitado de respostas possíveis, ou uma previsibilidade do tipo ou natureza da resposta que será dada. (CHRISTOV (org), 2009, p. 54).

O fato de eu trabalhar nesta escola e fazer parte da equipe gestora facilitou a realização deste trabalho e foi relevante a acolhida e aceitação da coordenação pedagógica da escola para elaboração e implantação das ações planejadas.

Por iniciativa do serviço de orientação pedagógica a pesquisa foi ampliada para as demais turmas do ensino fundamental como instrumento de sensibilização da comunidade escolar.

Os professores também utilizaram jogos, filmes, teatro e desenhos (releitura) para auxiliar na construção do combate práticas de violência.

Para minimizar o problema levantado sobre violência escolar a equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos participaram dos projetos, palestras e oficinas. O projeto contou com a parceria Coordenadoria Regional de Educação, Projeto Rondon e Prefeitura Municipal.

A escola, na época, estava inserida no Programa Escola Aberta para a Cidadania (PEAC/RS)⁵ o que tornou favorável à implantação de projetos e ações fundamentados nos princípios da Justiça Restaurativa, visto que o Governo Gaúcho através da Secretária Estadual de Educação (SEDUC)⁶ disponibilizou a formação e sensibilização às equipes diretivas, professores, funcionários do PEAC.

Atualmente contamos com o Comitê de Prevenção à Violência nas Escolas (COPREVES), vinculado a Secretária Estadual de Educação do RS, e tem o objetivo de identificar e divulgar boas práticas na administração de conflitos nas escolas e

⁵ Tem por objetivo a promoção de uma cultura de paz na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul com a abertura das escolas nos finais de semana e o desenvolvimento de atividades socioculturais e esportivas que priorizem o protagonismo juvenil, a integração da família dos alunos e a comunidade, buscando a redução dos índices de violência e promovendo a construção da cidadania na sociedade gaúcha.

⁶ <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=120&ID=8155>.

tem como base a restauração das relações; diminuir a violência e reduzir a vulnerabilidade.

É importante destacar que as ações implantadas, tanto de sensibilização como de algumas práticas restaurativas, aconteceram porque teve o envolvimento, interesse e diálogo da comunidade escolar que acreditou nesta alternativa de enfrentamento e mediação de conflitos dentro da escola e no seu entorno.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em três capítulos. No primeiro são abordadas questões sobre gestão educacional. Nesta parte, a prática de ações participativas e democráticas apontam avanços na melhoria da qualidade do ensino e das relações das pessoas. O capítulo 2 é dedicado ao enfrentamento à violência escolar e a promoção de uma cultura de paz com a temática Justiça Restaurativa. Por fim, no capítulo 3, encontramos a apresentação dos dados, análise e discussão dos resultados.

CAPÍTULO 1

GESTÃO EDUCACIONAL

A Educação é uma das mais importantes Políticas Públicas e suas ações estão voltadas para garantir uma escola para todos e de qualidade. Ampliar o acesso e permanência das crianças, jovens e adultos tem sido um processo histórico de muitas lutas buscando garantir o direito de todos de aprender com qualidade.

Neste contexto as escolas públicas estão amparadas por documentos legais significativos que são: a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de diretrizes e Bases Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), que trazem abertura para às escolas em relação a descentralização administrativa e a democratização no sistema educacional brasileiro nas áreas pedagógicas e financeiras.

A expansão da democratização do ensino contribui para a formação de cidadãos éticos, participativos, críticos e criativos. Sendo garantida, na CF/88, uma Educação fundamentada nos princípios do artigo 206:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

As leis que regem a educação brasileira têm contribuído para diminuir as desigualdades sociais com fortes fundamentos democráticos oportunizando as pessoas que tem diferentes papéis na escola, por serem os sujeitos, efetivarem o princípio da gestão democrática do ensino público através da tomada de decisões coletivas no espaço escolar. Neste sentido a LDB disciplina a educação escolar:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A democracia é um valor firmado na legislação brasileira, tanto no que se refere aos princípios gerais da constituição quanto àquele que dizem respeito à educação. É um processo que está em permanente construção, embora as instituições democráticas, em algumas situações, se deparam com problemas de autoritarismo.

Nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira é um processo construído coletivamente, sem perder as diretrizes estabelecidas pelos sistemas de ensino e as condições para viabilizá-la na forma da Lei Estadual (nº 10.576 de 14/11/1995)⁷.

Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;

⁷ http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf.

IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

V - garantia da descentralização do processo educacional;

VI - valorização dos profissionais da educação;

VII - eficiência no uso dos recursos. (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Os desafios e problemas educacionais são amplos e complexos, por isso a necessidade dos gestores em desenvolver ações planejadas, participativas e democráticas, com o envolvimento da comunidade escolar e local quanto à tomada de decisões, e assim contribuir para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem da educação básica na escola pública brasileira.

Quando gestores implantam no Projeto Político Pedagógico (PPP) ações pedagógicas de forma isolada, sem socializar as necessidades do cotidiano, o processo de ensino e aprendizagem é capaz de fracassar.

A construção do PPP é um trabalho que faz parte do cotidiano dos gestores e acontece tanto na sala de aula como fora dela. É uma atividade multidisciplinar e necessita do envolvimento individual e coletivo dos segmentos da escola, representados pelos responsáveis, alunos, professores e funcionários. Nas palavras de Veiga (2012):

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é constituído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é constituído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2012, p.12-13).

Logo o sucesso deste trabalho conjunto depende da participação de todos. Para Vianna (1986) o planejamento participativo constitui uma estratégia de trabalho, ao planejar buscamos solução de problemas comuns.

Portanto refletir sobre o processo educativo da escola significa adquirir competência e facilidade para compreender o ensino, é promover mudanças nas práticas de gestão, é fortalecer a escola para todos, com qualidade de ensino, e assim efetivar uma Gestão Educacional como processo democrático.

Como destaca Lück (2009), em seu livro *A Gestão Participativa na Escola*, a gestão educacional é um processo relacionado com a mobilização de pessoas que estão coletivamente organizadas em torno dos objetivos educacionais.

Sob este aspecto, Lück (2010) faz uma análise da mudança de paradigma e destaca a gestão educacional como o conjunto do trabalho e resultado participativo e democrático.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). (LÜCK, 2010, p. 35-36).

Como vimos, o processo participativo nas escolas públicas está disciplinado em leis que garantem uma gestão educacional fundamentada em princípios democráticos que visam promover uma educação pública de qualidade.

Em fim é possível criar um espaço de gestão democrática nas escolas públicas?

Acreditamos que para promover a democratização nas escolas públicas é fundamental que a gestão escolar aproprie-se de práticas/ações onde alunos, pais/responsáveis, funcionários e professores estejam envolvidos e comprometidos na tomada de decisões da escola. Segundo Westbrook (2010) a democracia deveria ser levada até o local de trabalho para fomentar a participação:

Que significa a democracia se não todas as pessoas participando da determinação das condições e objetivos de seu próprio trabalho e que, definitivamente, graças à harmonização livre e recíproca das diferentes pessoas, a atividade do mundo se faça melhor, do que quando poucos planejam, organizam e dirigem, por mais competentes e bem intencionados que sejam estes poucos? (WESTBROOK, 2010, p. 26 apud DEWEY, 1903, p. 233).

É fundamental que a equipe gestora crie espaços democráticos para oportunizar que todos os segmentos, atuem no cotidiano da escola, e possa

conheça a realidade da comunidade escolar e também o entorno onde a escola está inserida.

Este espaço democrático de envolvimento da comunidade escolar no cotidiano escolar, através da participação coletiva, gera responsabilidade, neste sentido Paulo Freire (2001) afirma:

Em primeiro lugar, qualquer que seja a prática de que participemos, a de médico, a de engenheiro, a de torneiro, a de professor, não importa de quê, a de alfaiate, a de eletricista, exige de nós que a exerçamos com responsabilidade. Ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos. (FREIRE, 2001, p.44)

A autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica é um processo construído conjuntamente nos estabelecimentos de ensino, assim a autonomia é vista como a possibilidade e a capacidade institucional de as escolas públicas programarem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

A gestão precisa articular as áreas administrativa, financeira e pedagógica para que a escola pública desenvolva ações que afetem diretamente a melhoria da qualidade da educação básica que devem estar fundamentadas, em princípios democráticos e valores éticos, e estejam contempladas no projeto político pedagógico da instituição de ensino.

Para efetivar a democratização da gestão do sistema e/ou das redes de ensino (municipais ou estaduais) são adotados alguns instrumentos que visam a melhoria da qualidade do ensino e seu desenvolvimento como as expostas a seguir:

- a) Conferência da Educação – pode ser uma organização ou evento que reúne pessoas interessadas em debater, estudar, planejar, decidir e avaliar as questões educacionais de um determinado sistema: municipal, estadual ou federal.
- b) Conselho Municipal de Educação – reúne-se mensalmente com representantes de vários segmentos da cidade para estudar, deliberar, acompanhar e avaliar as ações de ensino local e do cotidiano.
- c) Conselho de Acompanhamento e controle Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) – Criado pela Lei

9424/96 acompanha os recursos recebidos do Fundef, hoje substituído pelo FUNDEB (Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de educação) atende toda educação básica, da creche ao ensino médio esta em vigor desde 2007.

d) Outros Conselhos específicos no sistema – alguns conselhos foram criados para repasse de verbas vindas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como o da merenda escolar.

e) Orçamento Participativo (na educação) – A CF/88, no Art. 212 determina que uma parte do orçamento público seja para manter em funcionamento os sistemas de ensino, em suas respectivas esferas, e outra parte deve passar pela avaliação da comunidade.

f) Eleições de Dirigentes Escolares – A comunidade escolar indica através de eleição direta quem será o diretor de escola.

Nas escolas existem outras instâncias que beneficiam o processo democrático como as Conferências Locais com participação da comunidade escolar e local; o Conselho de Escola Participativo é um importante espaço de mediação, de interlocução e de compartilhamento das decisões no interior da escola, contribuindo para a sedimentação da democracia da gestão escolar.

Ainda a Rotatividade no quadro de dirigentes da escola busca evitar que profissionais da educação permaneçam durante muitos mandatos no cargo de direção; o Círculo de Pais e Mestres (CPM) trata em organizar e representar os interesses das famílias, dos alunos e dos professores, e o grêmio estudantil que possibilita que o segmento estudantil participe tendo vez e voz.

1.1 Contexto atual da educação brasileira

Observamos algumas mudanças na educação brasileira, em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino de pós-graduação.

Neste sentido é fundamental para melhorar a qualidade, ressignificar o ensino, com a reformulação do currículo e também repensar as práticas existentes.

É necessário que os gestores/educadores busquem através da formação inicial e continuada qualificar as práticas educativas.

Diante da necessidade na formação docente, de acordo com Demo (2006, p. 45), a LDB apresenta avanços significados, e “trata o professor como eixo central da qualidade da educação”.

A própria LDB determina algumas alternativas valiosas voltadas para a formação e qualificação do educador, muito embora tenha sido publicada em 1996, após treze anos de formulação e elaboração, hoje através de portarias e decretos temos a sua efetivação. De acordo com a LDB:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; (BRASIL, LDB, 1996).

Para Pennin (2001) o professor deve ter a preocupação em fundamentar a sua prática pedagógica, pois é o que vai nortear o seu trabalho e sedimentar teoria e prática. As questões educacionais nos levam ao conhecimento, e a perceber as coisas de maneira diferente e mais crítica.

Algumas práticas tradicionais existentes em escolas públicas têm impedido o avanço da inclusão escolar.

Tais práticas impedem o diálogo e reflexão, pois, na maioria das vezes, é disponibilizado pouco tempo nas reuniões para estudos e troca de experiência.

Diante disso é importante os professores/gestores estarem abertos para as mudanças e inovações e repensar as suas práticas em favor de uma educação incluyente e emancipatória.

Com inclusão das novas tecnologias e o avanço científico a maioria das escolas oferece aos alunos um processo acelerado de informações, e por estarem conectados em rede estas informações estão disponibilizadas no mundo inteiro para os alunos.

Além disso, a introdução da tecnologia da informação na educação indica mudanças no perfil do educador, este deverá ser um mediador do ensino e aprendizagem. E quanto mais avanços houver nesta área, mais profissionais

comprometidos com a formação de um sujeito crítico, reflexivo e transformador da realidade será necessário.

A utilização dos computadores no sistema educacional significam novas formas de ensinar e também o rompimento com o ensino tradicional, e conseqüentemente a busca pelo aperfeiçoamento e qualificação que fundamentam a prática do educador. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

Embora os computadores ainda não sejam amplamente disponíveis para a maioria das escolas, eles já começam a integrar muitas experiências educacionais, prevendo-se sua utilização em maior escala a curto prazo. Isso traz como necessidade a incorporação de estudos nessa área, tanto na formação inicial como na formação continuada do professor do ensino fundamental, seja para poder usar amplamente suas possibilidades ou para conhecer e analisar *softwares* educacionais. (BRASIL-PCN, 1997, p.47).

A formação continuada modifica a maneira do gestor/educador de pensar e ver o mundo, por meio dela entende o sentido da escola e melhora as relações entre as pessoas.

Tendo isto em vista é fundamental que o gestor/educador conheça a realidade da comunidade escolar e da comunidade local, faça reflexões e traga para a escola a discussão da coletividade para possibilitar um ambiente escolar rico na diversidade.

Por isso a teoria é essencial para o gestor/educador dar clareza e continuidade ao processo investigatório voltado à sua prática diária: formular hipóteses, traçar metas, e estratégias para que suas ações possam produzir resultados e melhorar e/ou transformar a qualidade de vida da comunidade escolar e local.

Diante disso é importante que uma gestão escolar comprometida, conheça as alternativas e modalidades de formação. Por exemplo, o ensino a distância, que permite aos profissionais da educação frequentar cursos e/ou disciplinas sem precisarem deslocar-se até as Instituições de Ensino superior.

Estas formações são oferecidas a distância ou semipresencial, em polos próximos de suas residências.

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), mudanças significativas nos debates e discursos sobre educação estão acontecendo.

A introdução de palavras como contextualização, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, competências e habilidades são conceitos que aos poucos estão se tornando mais claros.

Entretanto na sala de aula continua sendo difícil de traduzi-los. É Preciso que educadores rompam com os ranços e rotinas, e busquem novas opções e também devem estar abertos para mudanças de hábitos.

Deste modo a gestão educacional deve criar condições para preparar o jovem para raciocinar, para compreender as causas e razões das coisas, para exercer seus direitos, para cuidar de sua saúde, ter pensamento crítico, aplicar as tecnologias de comunicação e informação, assim concretizamos uma educação para a cidadania.

A sociedade se transforma rapidamente e estas mudanças normalmente históricas mudam também princípios e normas, que acabam interferindo na vida do homem.

Diante disso é importante buscar na ética a realização do sujeito, capaz de ser social e decidir sobre si e a natureza. A ética deve estar inserida na economia, na política e na educação, a fim de possibilitar melhorias nas questões da responsabilidade, da justiça, da solidariedade, do individualismo.

A escola tem um papel fundamental, pois, deve implantar ações includentes de melhorias de aprendizagem voltadas para todos, e refletir como efetivar a humanização nos espaços escolares.

Os problemas da comunidade escolar precisam ser pensados, discutidos e enfrentados coletivamente. Devido ao papel de liderança do diretor, sua conduta – em especial o modo como trata as pessoas – estabelece um padrão que tende a ser reproduzido nas demais relações dentro da escola. O bom exemplo do diretor é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa que vise criar um ambiente de maior respeito e cooperação. (MILANI, 2003, p.55).

É importante o gestor adotar uma comunicação de não violência na escola e ações que apontem para a promoção e desenvolvimento do diálogo inclusivo e respeitoso na comunidade escolar, resultando num ambiente seguro e saudável.

Para a consolidação de boas práticas/ações participativas nas escolas públicas de educação básica, a equipe gestora precisa levar em consideração a importância do planejamento participativo fundamentado no diálogo.

É importante destacarmos o pensamento de Beisiegel (2010, apud FREIRE p. 35), neste sentido “o diálogo era entendido como componente essencial nessa educação comprometida com a construção de personalidades democráticas”.

Neste sentido, a escola pode articular o diálogo entre os diferentes atores sociais que compõe os segmentos da escola que são os pais, alunos professores e funcionários.

É imperioso que as práticas implantadas sejam indicadores de transformação da realidade escolar, com tomadas de decisões coletivas nas áreas pedagógicas, administrativas e financeiras, e que tenham em vista à redução dos índices de reprovação e abandono; a garantia que todos tenham de fato o direito pela qualidade de ensino e o tempo de permanência do aluno na escola com êxito.

É para a escola que convergem ideias, pensamentos, e também a maneira como a comunidade lida com os conflitos e a violência. Cabe aos gestores administrar práticas/ações participativas que resultem na pacificação e humanização da escola pública em prol de uma Cultura de Paz.

A cultura de paz está intimamente associada aos ideais da democracia, da participação universal em prerrogativas e deveres, bem como na tomada de decisões coletivas. (JESUS, 2003, p.190).

Neste contexto, a equipe gestora possibilita uma cultura de paz no ambiente escolar através da democratização das decisões.

A concretização das decisões tomadas aumenta a responsabilidade e o comprometimento das pessoas envolvidas, o que resultado na qualidade do ensino.

O ambiente escolar participativo cria espaço que atende diferentes ações, como o trabalho conjunto; a relação professor aluno sedimentada no respeito, afeto e diálogo; participação dos pais/responsáveis nas práticas escolares; potencialização de alguns valores, como ética, justiça e solidariedade; implanta qualificação profissional e possibilita práticas diárias para concretização pacífica dos conflitos através da restauração das relações sociais.

CAPÍTULO 2

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Esta pesquisa surgiu da necessidade da equipe gestora administrar os conflitos e a violência que existem no cotidiano escolar.

Uma nova perspectiva na forma de resolver conflitos, alicerçada no diálogo e na mediação, uma mudança nas atitudes, no comportamento, valores e na comunicação, tem transformado a realidade de disputa e violência em algumas escolas. Uma proposta que restaura as relações rompidas e repara o prejuízo: Justiça Restaurativa.

2.1 Origem

A Justiça Restaurativa é uma prática que vem crescendo nos últimos trinta anos, os primeiros registros surgiram nos Estados Unidos na década de 70.

Segundo Zehr (2008, p. 256) e Tello (apud, Baquião, 2010, p. 16) os povos antigos do Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia estabeleciam práticas com princípios de justiça restaurativa.

No Brasil, em 2005, as cidades de São Caetano do Sul (SP), Brasília (DF) e Porto Alegre (RS), em parceria com a Secretaria da Reforma do Judiciário, desenvolveram o projeto piloto denominado *Promovendo Práticas Restaurativas*, que teve destaque no 3º Fórum Social Mundial, realizado na capital gaúcha.

A resolução de conflitos, no Rio Grande do Sul, iniciou em 1999, com o encontro entre professor e sociólogo Pedro Scuro Neto e o juiz Leoberto Brancher coordenador do projeto Justiça para o Século XXI.

2.2 Conceitos

A Organização das Nações Unidas (ONU) na sua Resolução 1999/26, julho de 1999, chamada: “*Desenvolvimento e Implementação de Medidas de Mediação e Justiça Restaurativa na Justiça Criminal*”, e as resoluções de números 2000/14 e 2002/12, com a dedicação de especialistas definiram Justiça Restaurativa.

É um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro. (BRANCHER, 2008, p. 21).

Após pronunciar inúmeras conferências e debates, Zehr (2008) descreve a Justiça Restaurativa do seguinte modo:

A justiça restaurativa trata de danos e necessidade bem como das obrigações decorrentes, e envolve todos os que sofrem o impacto ou tem algum interesse na situação utilizando, na medida do possível, processos cooperativos e inclusivos. (ZEHR, 2008, p.258).

Na justiça restaurativa o foco ocorre no dano ocasionado á vitima, e deixa de ser no agressor. O Juiz Leoberto Brancher, em uma entrevista à Revista Pátio afirma:

A proposta reposiciona nossa visão de justiça, mas, ao contrário da maioria das críticas ao sistema penal, que apenas desconstituem e deslegitimam o que está aí, sem oferecer perspectivas, a Justiça Restaurativa também oferece um caminho pragmático, um o que fazer e um como fazer as coisas de maneira diferente, o que é encantador. (CAMARGO, 2009, apud BRANCHER, 2009, pag. 34).

Encontramos na grande maioria dos regimentos escolares medidas punitivas, para controlar a indisciplina e a violência escolar. Em alguns regimentos ficam a cargo do Conselho Escolar medidas como suspensão e até transferência para outra instituição escolar.

Para efetivarmos uma cultura de paz nas escolas é necessária a implantação de ações alicerçadas na participação democrática, no diálogo e na cooperação entre os atores sociais que estão na escola e no seu entorno.

Por exemplo, em algumas escolas públicas os gestores constroem no início do ano letivo, em parcerias com os segmentos escolares (pais/responsáveis, alunos, funcionários e professores), normas de convivência.

Neste sentido, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED) emitiu o parecer nº 820/2009 que trata da inclusão de normas de convivência nos Regimentos Escolares das escolas de Educação Básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino:

Outra ação propositiva é a busca da cultura da paz, caracterizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, como uma cultura baseada num conjunto de valores e compromissos com o respeito a todos os direitos individuais e humanos, a promoção e vivência do direito à vida e à dignidade de cada pessoa sem discriminação ou preconceito, a rejeição a qualquer forma de violência, o respeito à liberdade de expressão e à diversidade cultural por meio do diálogo e da compreensão e do exercício do pluralismo, a prática do consumo responsável respeitando-se todas as formas de vida do planeta e a resolução dos conflitos por meio do diálogo, da negociação e da mediação. (CEED, 2009, fl.5)

A prática restaurativa prima pelo resgate das relações que foram rompidas por um problema, um conflito ou infração. A dinâmica instaurada oportuniza a reconstrução do malfeito e depende da vontade das partes: vítima e agressor.

Esta maneira de recuperar as relações fragilidades visa o futuro e não o passado, e busca reparar os relacionamentos sem focalizar a culpabilidade. Nessa perspectiva Pinto (2005, pag. 22) afirma o seguinte “A justiça convencional diz você fez isso e tem que ser castigado! A justiça restaurativa pergunta: o que você pode fazer agora para restaurar isso?”.

É importante destacar que durante a dinâmica restaurativa a adesão é voluntária e cabe aos participantes relatarem os fatos, perceberem que chegou o momento de solucionar o conflito, ou interromper o processo.

2.3 Valores Elementares na Justiça Restaurativa

Pacificar as relações no cotidiano que estamos inseridos, em locais de trabalho, nas escolas, na família, de passeio e lazer requer uma reflexão dos valores que praticamos e concordamos em nosso dia a dia.

Os valores mais significativos, conforme a rede de Justiça Restaurativa (JR) da Nova Zelândia são os seguintes (Manual da JR, p. 18) ⁸:

- **Participação:** É fundamental que as pessoas envolvidas no processo restaurativo, vítimas, ofensores, familiares, comunidade participem na tomada de decisões.
- **Respeito:** Todos são merecedores de respeito nos ambientes restaurativos, o que ocasiona confianças entre os participantes.
- **Honestidade:** Falar a verdade e abertamente sobre a sua experiência e sentimentos em relação ao fato contribui para que o processo tenha êxito.
- **Humidade:** Se ver no outro desenvolve a empatia e aproxima os envolvidos para a igualdade.
- **Interconexão:** A interação entre vítima e ofensor amplia a participação compartilhada o que possibilita a qualidade nas suas relações futuras.
- **Responsabilidade:** A condição de aceitar o seu erro e a reponsabilidade pelo dano pode levar ao perdão reconhecido pela vítima e a partir daí se estabelecer a reconciliação.
- **Empoderamento:** A Justiça Restaurativa restabelece o poder que foi roubado da vítima pela transgressão, e proporciona ao ofensor responsabilizar-se pelo dano.
- **Esperança:** A justiça restaurativa cria espaço para a esperança da cura, do perdão, e da reconciliação.

⁸ O manual serve para orientar e subsidiar as ações de formação de Projeto Justiça para o Século 21. O objetivo é implantar práticas restaurativas na Pacificação de situações de violências envolvendo crianças e adolescentes em Porto Alegre, RS, Brasil.

A Justiça Criminal e a Justiça Restaurativa propõem formas distintas de ver o ser humano, a transgressão e a sociedade.

O encaminhamento para a resolução de conflitos adotados no dia a dia no tribunal, nas delegacias e nas escolas, é dito retributivo o qual o foco é a reparação ao dano e identificação do culpado, sem considerar a situação de cura da vítima.

Já o procedimento na Justiça Restaurativa é recuperar as relações entre as pessoas envolvidas, e possibilitar a reparação do trauma e prejuízos causados à vítima, o que só se efetiva com a responsabilização do ato pelo ofensor.

No quadro abaixo consta as características dos modelos da Justiça Retributiva e Restaurativa. Nota-se nesta última a preocupação em atender as necessidades da vítima e restaurar as relações, sem apontar o culpado.

Quadro 01

Área de Atenção	Cultura Retributiva	Cultura Restaurativa
Foco de Apuração	Identificar quem errou	Identificar necessidades não atendidas
Foco de Resposta	“Reeducar” à força	Restaurar harmonia dos envolvidos
Aspecto Social	Manter o controle	Restabelecer o equilíbrio

Características dos modelos da Justiça Retributiva e Restaurativa
 Fonte: EDNIR (2007). Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania/ (2007, p. 69).

A Justiça Restaurativa apresenta uma nova perspectiva em disponibilizar um modelo democrático e participativo no exercício do poder.

Nesse contexto, favorecer as ações restaurativas como alternativa para resolução de conflitos, em diversos ambientes, especialmente nas escolas, é educar para a democracia, diálogo e uma cultura de paz.

A violência nas escolas tem sido divulgada amplamente e com isso alguns episódios são banalizados pela sociedade, como agressões verbais, físicas, xingamentos, ameaças, apelidos e outros.

No entanto, as medidas punitivas adotadas pelas escolas não tem surtido efeito, observa-se neste cenário educacional que a prática de advertências

estabelecidas pelas escolas tem elevado a agressividade nas instituições educacionais.

De tal modo, o aluno após ter sido advertido, tende voltar à escola agressivo com os colegas e professores, e algumas vezes ocasiona danos ao patrimônio público.

Desde 2003, o Ministério da Justiça, por meio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem desenvolvido ações que promovem a Justiça Restaurativa.

Tais ações são vinculadas ao Poder Judiciário em sintonia com a Sociedade Civil. Em 2005 foram implantados projetos pilotos, em três cidades. Segundo Dias (2010 apud AGUINSKY et al.,2008, p.24):

Em Brasília/DF, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais: (2) em São Caetano/SP, no âmbito do Juizado da Infância e Juventude no que tange aos procedimentos de conhecimento do ato infracional; e (3) em Porto Alegre/RS, também no Juizado da Infância e Juventude, no âmbito da execução das medidas socioeducativas. (DIAS, 2010, p. 65 apud AGUINSKY, 2008, p.24).

Para as escolas públicas a Justiça Restaurativa é uma alternativa que pode auxiliar na qualidade das relações dos alunos entre si, e entre professores e alunos. Uma maneira de trocar as punições disciplinares pela mediação e o diálogo.

Desta forma, o gestor poderá repensar as relações existentes na escola, e administrar práticas restaurativas a fim de minimizar os conflitos escolares.

2.4 A Justiça Restaurativa nas escolas da rede estadual

Desde 2005, o Estado do Rio Grande do Sul e AJURIS (Associação dos Juizes do RS) e a Secretaria Estadual de Educação tem uma parceria, com o objetivo de administrar conflitos nas escolas e difundir a paz.

Mas foi a partir de 2007, através do Projeto Justiça para o Século 21, com a inclusão de Círculos Restaurativos nas Escolas Públicas do Estado Gaúcho, o ambiente escolar passou a ter uma nova perspectiva em educar para a paz.

As primeiras escolas a participaram do Projeto Justiça para o Século 21 foram de Porto Alegre/RS. O projeto piloto foi implantado em quatro escolas: da rede pública e privada.

Para participar do projeto piloto as escolas foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios (Grossi, 2008):

(a) alto índice de conflitos judicializados (casos encaminhados à 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude); (b) natureza diversa; (c) interesse em desenvolver círculos de paz nas escolas e ser multiplicador das práticas restaurativas; (d) disponibilidade de tempo na carga horária do docente para a capacitação e execução dos Círculos Restaurativos; (e) ausência de experiência prévia em práticas restaurativas; (f) ensino médio; (g) turno diurno; (h) participação no primeiro seminário sobre Justiça Restaurativa 2007, que se realizou em março. (GROSSI, 2008, p. 2).

Entre 2008 e 2009 o governo estadual ampliou para as escolas inseridas no Programa Escola Aberta para a Cidadania (PEAC), atingindo aproximadamente 62 escolas da rede estadual. Foram realizadas capacitações, palestras, seminários envolvendo a comunidade escolar e local, e representatividade do Grêmio Estudantil.

2.5 Círculos de paz

As escolas capacitadas foram convidadas a utilizar os círculos de paz, de acordo com a sua realidade. As equipes gestoras e coordenação pedagógica em sintonia com os segmentos escolares (professores, pais, alunos e funcionários) criaram espaços de reflexão, planejamento e ação.

A orientação é que este momento ocorra de maneira organizada, participativa e compartilhada.

Diante de situações de conflitos nas escolas, os gestores, tem uma boa alternativa para pacificar o ambiente educacional.

É importante que os gestores retomem coletivamente o PPP para poder incluir práticas que restaurem as relações.

A escola tem uma nova perspectiva na humanização das escolas, e uma possibilidade de reconstruir, coletivamente, as normas de convivência nas escolas.

Para a eficácia do processo restaurativa é fundamental que os participantes, em cada momento que forma este processo, sejam valorizados e suas necessidades ouvidas por todos.

O organograma abaixo apresenta com clareza, os momentos relevantes para efetivação do processo restaurativa nas escolas:

Organograma 01



Dinâmica do Processo Restaurativo

Fonte: EDNIR (2007). Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania. (2007, p. 92).

Para a implantação dos procedimentos restaurativos é necessário unir estratégias para as pessoas se apropriem dos valores da Justiça Restaurativa.

O processo restaurativo orienta-se por valores, princípios e objetivos que apontam um novo caminho para a resolução do conflito.

2.6 Círculo Restaurativo

Durante o círculo restaurativo uma pessoa capacitada acompanha o processo, que é o facilitador/coordenador. Possivelmente os participantes (vítima, ofensor, familiares) podem apresentar sentimentos variados como raiva, medo, insegurança, vergonha, neste momento é importante o papel do facilitador/coordenador, ele vai articular coletivamente a tomada de decisão em relação ao que causou o conflito e ajudar a construir soluções.

Aos coordenadores são oferecidas formações particulares, capacitações pela Secretária Estadual da Educação ou Cursos, Congressos, palestras que são disponibilizados Pelo Programa Justiça para o Século 21.

Segundo Ednir (2007, apud VAN NESS e STRONG, s/d, p. 14) uma perspectiva restaurativa é composta por três eixos principais:

1. Reparação de danos: O foco é a ofensa, a infração. Entender quais são as necessidades da vítima e encontrar uma forma coletiva e de troca de reparar a perda e também restaurar as relações.
2. Envolvimento dos afetados e membros da sua comunidade: Para efetivar a resolução futura do conflito é preciso a participação da vítima, ofensor, familiares e amigos de ambos, e comunidade local.
3. Transformação das pessoas, lideranças, comunidade e governo: rever valores, as normas de convivência, a responsabilidade e atitude das pessoas envolvidas diante da violência e das infrações.

As etapas que compõem o Processo Restaurativo

O processo é dividido em três etapas

- Pré-Círculo
- Círculo
- Pós-círculo

2.7 Pré-Círculo

Nesta etapa o coordenador vai fazer uma exploração do caso, este vai apropriar-se dos elementos disponíveis. E trazer com clareza os fatos ocorridos, e se tiver ao alcance dados técnicos.

Este encontro só vai ocorrer se ofensor admitir a autoria e desejar realmente participar do círculo. Poderá ser lido o resumo de processos judiciais para garantir como os fatos realmente sucederam. Oliveira (2007, apud BRANCHER, 2006, p.39) ressalta que:

A leitura na instalação dos trabalhos do círculo, e deve conter também informações como data, local, envolvidos e testemunhas. Servirá para evitar divergências ao longo do procedimento sobre como exatamente os fatos aconteceram, e para fixar claramente o foco do círculo, evitando que o conflito seja tangenciado de forma superficial. (BRANCHER, 2006, p. 39).

O convite para participação do círculo pode ser ampliado para outras pessoas indicadas pelo ofensor (autor do ato), vítima (receptor do ato) ou pelo próprio coordenador.

2.7.1 Círculo

No círculo é que acontece o encontro das pessoas envolvidas no dano.

Para o encaminhamento deste encontro é muito importante a preparação do facilitador, a linguagem, a postura e o olhar devem ser acolhedores com todos os presentes.

Tal atitude transmite segurança e cria espaço para manifestações.

O encontro é constituído de três momentos:

1. Compreensão mútua: Como a comunicação entre os participantes esta abalada, o facilitador pode começar questionando a cada um como esta se sentido. O encontro precisa da escuta e compreensão, assim os participantes serão entendidos em suas necessidades diante do fato ocorrido. Com o objetivo de permanecer no foco em questão, o facilitador pode fazer as seguintes perguntas aos presentes: *i) Como você, neste*

momento, em relação ao fato e suas consequências? ii) O que você compreendeu do que ele disse? iii) Você se sente compreendido?

2. Auto-responsabilização: Na mesma dinâmica de manifestação, escuta e diálogo, entre vítima, ofensor e comunidade, todos poderão expressar se foram atendidos em suas necessidades ao refletirem sobre a seguinte pergunta feita pelo facilitador: *“O que quer que o outro saiba sobre o que você buscava ou pretendia na hora do ocorrido?”* A pergunta leva a responsabilização de cada um.

3. Acordo: O esperado neste momento é que as relações de comunicação entre os participantes estejam satisfeitas, considerando que todos tiveram oportunidade de expressar alternativas para minimizar as necessidades causadas pelo fato. O facilitador pode questionar o seguinte: *“O que querem fazer agora, para restaura a justiça?”* A partir das respostas poderá ser firmado o acordo através de um plano de ações. No plano devem constar com clareza as ações concretas, prazo, responsáveis por cada ação, como será reparado o dano e como prevenir novas ocorrências de violência. Após a finalização do Plano de Ação o facilitador revisa com os participantes, e em seguida todos assinam.

2.7.2 Pós- Círculo

É importante destacar que o Círculo é um convite e acontecerá voluntariamente.

O papel do facilitador, nesta etapa, será como mediador, visto que a construção da restauratividade se deu desde o Pré-Círculo. O facilitador deve continuar valorizando a presença dos participantes, através da acolhida que dará a todos.

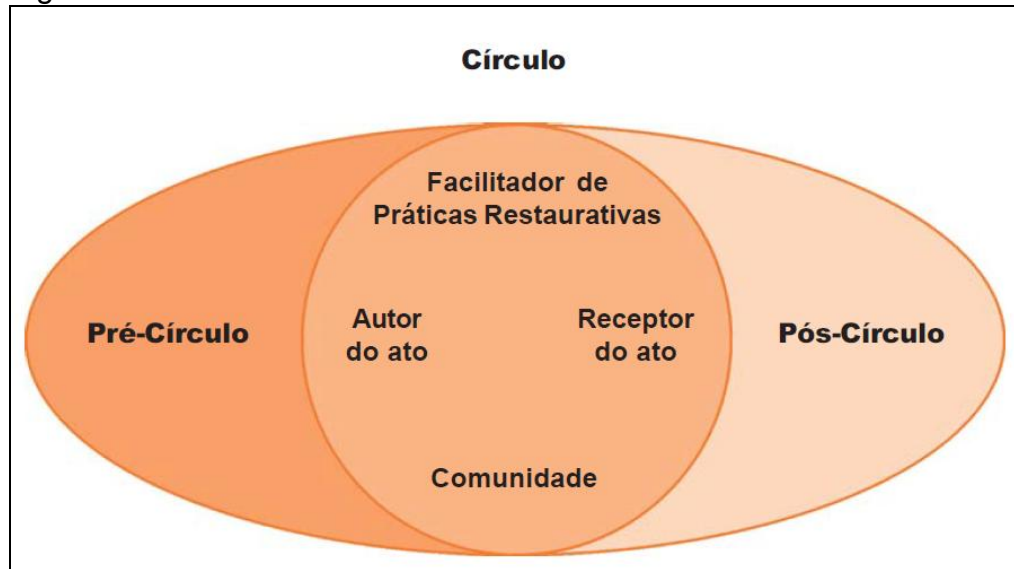
Agora o foco é a avaliação do Acordo, e para isso o facilitador pode iniciar com a seguinte pergunta aos participantes: *“O que deseja que o outro saiba sobre como você está, neste momento, em relação ao Acordo e suas consequências?”*.

Por fim será feita a avaliação das ações planejadas com satisfação, sem satisfação e as não realizadas. Se as ações foram cumpridas e bem sucedidas, os

resultados devem ser compartilhados com a comunidade participante para que a proposta da Justiça Restaurativa seja ampliada para comunidade local, na família, no trabalho e nas escolas.

Observamos o esquema, na próxima página, que possibilita ter uma visão do processo restaurativo:

Figura 1



Elementos do Círculo Restaurativo

Fonte: EDNIR (2007). Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania. (2007, p. 72)

No centro do processo está o facilitador, que interage no Pré-Círculo, Círculo e Pós-Círculo, com todos os envolvidos no conflito.

2.8 Por que fazer Justiça Restaurativa nas Escolas?

Atualmente, vivenciamos momentos de violência na sociedade por apresentar um contexto político, social e econômico excludente. As famílias enfrentam o desemprego, falta de moradia.

A maioria dos pais não sabem os lugares que os filhos frequentam, na própria comunidade. A mudança e perda de valores ocorrem rapidamente e as gerações acabam conflitando-se, e a escola por sua vez, reproduz ações negativas como a discriminação, diferentes tipos de agressões, como física, psicológica e verbal.

É urgente que as escolas promovam manifestações e ações para favorecer e implantar uma Cultura de paz. Milani (2003) afirma o seguinte:

No que se refere à escola, a abordagem da Cultura de Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar; implementação de programas de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono do modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e trabalho conjunto etc. (MILANI, 2003, p.39).

A Educação para a Paz implica em mudanças nas atitudes e comportamento. Os gestores sozinhos não conseguem resolver os problemas que surgem na escola, mas como lideranças, podem articular, mediar, sensibilizar, dialogar, escutar, tendo em vista a unidade e a participação de todos os envolvidos no contexto escolar na tomada de decisões.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo analisar como os alunos da 8ª série, em uma Escola Estadual de Ensino Médio localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, e seus professores veem as práticas de violência no espaço escolar. E pelo viés dos pressupostos teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa, como as escolas públicas podem construir uma cultura de paz.

Faz-se necessário que os gestores, professores e coordenadores pedagógicos, funcionários, pais e alunos conheçam a realidade escolar e o seu entorno.

A partir disso os gestores tem um grande desafio: sensibilizar a comunidade escolar e local com práticas que efetivem uma gestão compartilhada e estabilize o clima escolar.

A participação de alunos e professores foi fundamental para que os gestores pudessem promover mudanças na escola.

Antes de aplicarmos os dois questionários, explicamos aos participantes os termos utilizados em cada questão, a cada momento eram feitas intervenções para que os participantes respondessem com segurança.

Total de participantes foram 34 pessoas, sendo que 41 % eram professores e 59% alunos da 8ª série.

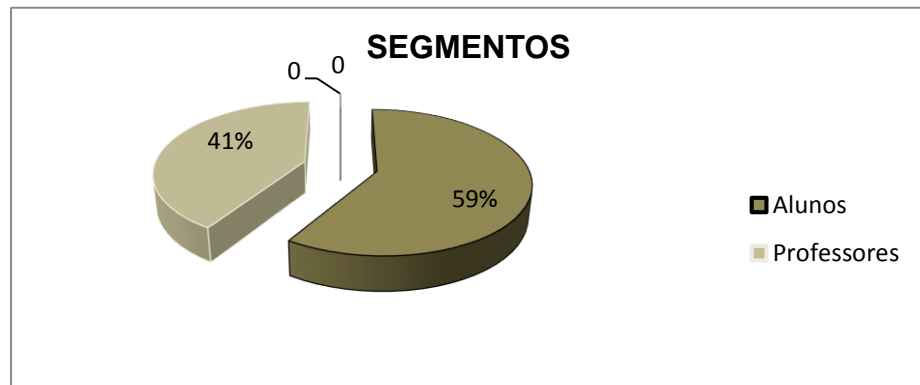


Gráfico 01. Percentual de participantes entre professores e alunos
Fonte: Autor (2012).

Nesta perspectiva, em envolver os atores sociais, a educação consegue desenvolver práticas de transformação e integração. Assim professores e alunos tem o sentimento de pertencimento, e se reconhecer como parte da escola.

As salas de aula são espaços ricos, nelas se estabelecem as relações, as quais carregam histórias, fatos, inquietações que ocorrem fora delas e afetam diretamente as pessoas que ali interagem.

Os gestores tem responsabilidade em criar espaços democráticos para efetivar a participação de todos, e diminuir os conflitos que ocasionam a instabilidade das relações.

Não queremos negar ou excluir o conflito do convívio escolar, mas indicar uma alternativa para equilibrar as relações entre as pessoas que ali convivem.

O gestor precisa envolver todos que estão no ambiente escolar seja ensinando, aprendendo, trocando saberes, compartilhando ideias e convivendo com as diferenças para sensibilização coletiva.

Questionados sobre os episódios de violência 100% dos professores afirmam que existem episódios de violência na escola, e 85% dos alunos responderam que sim; 15% responderam que não existem tais episódios, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

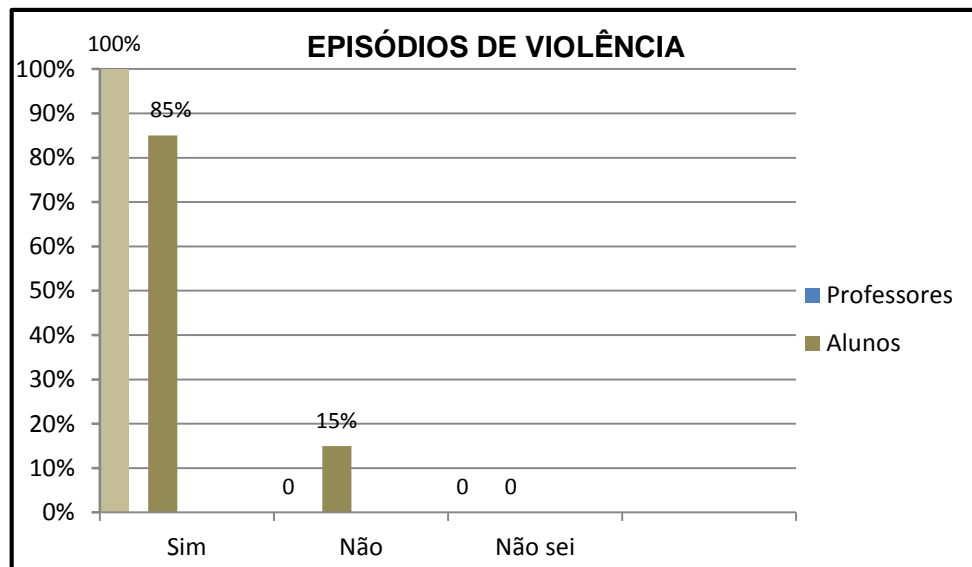


Gráfico 02. Existem Episódios de Violência no espaço escolar?
Fonte: autor (2012).

A equipe escolar após constatar que existem episódios de violência, como foi apresentado no gráfico anterior, iniciou um planejamento de enfrentamento à violência. Conforme Milani (2003):

Um ambiente escolar violento prejudica a capacidade de aprendizado, provoca falta às aulas e cancelamento de atividades, o que aumenta as chances de repetência e/ou evasão. O fracasso escolar pode levar à frustração, agressividade e à violência. (MILANI, 2003, p.43).

Buscamos informações na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) para conhecermos quais ações e materiais estavam disponibilizados para as escolas estaduais trabalharem sobre violência escolar.

Também fizemos buscas em sites, livros, jornais, revistas e periódicos para nos apropriar deste tema que tem sido amplamente discutido e estudado.

Com vista nesta realidade, o Serviço de Orientação Educacional, desenvolveu atividades de combate ao bullying com jogos educativos, teatro e estudo de textos, envolvendo as áreas de conhecimento.

Na questão referente aos locais de ocorrência de violência na escola, os participantes responderam da seguinte forma: 36 % dos professores acham que ocorre durante o recreio, já 41% dos alunos afirmam que é na sala de aulas. O outro local apontado pelos participantes foi informado. Não foi informado qual seria o outro local. Podemos conferir as informações no gráfico abaixo:

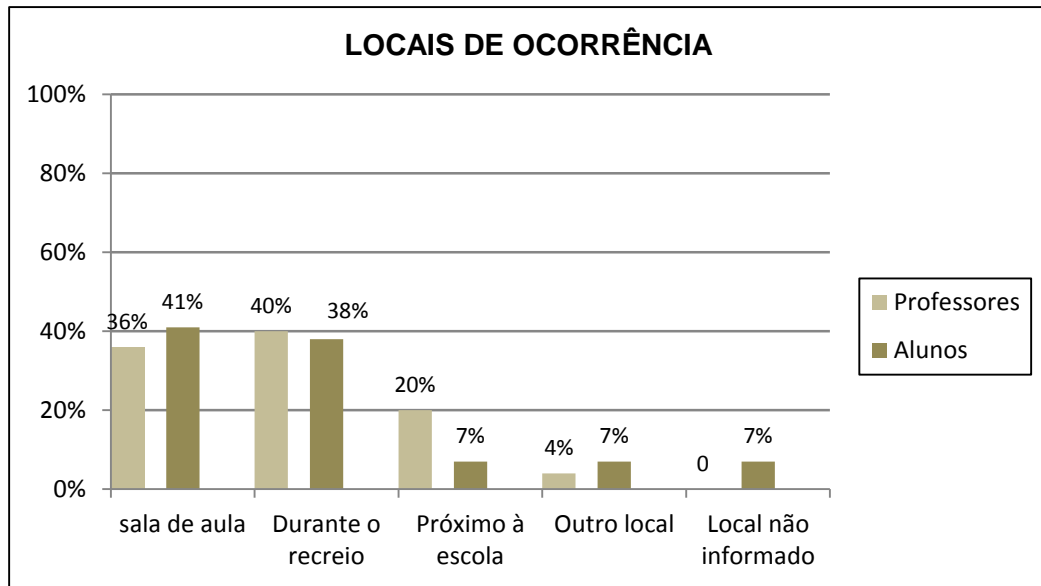


Gráfico 03. Os episódios de violência ocorreram:

Fonte: Autor (2012).

É importante a escola socializar, debater, e planejar ações com a comunidade escolar para sensibilizar a todos e criar um ambiente de paz.

Após termos informações em quais os locais ocorrem os episódios de violência na escola, foram adotadas algumas medidas como: i) professores agilizarem a troca de turmas; ii) monitor estar mais atento na movimentação do pátio; iii) promover atividades no horário do recreio, como música e jogos; iv) atendimento na biblioteca durante o recreio; v) computadores com internet na biblioteca; vi) tomada de decisões coletivas. Para Lück (2009):

Participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidade por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido da melhoria contínua e transformações necessárias. (LÜCK, 2009, p.44).

No envolvimento dos segmentos em relação à prática de violência (gráfico 04), percebe-se que existe uma variação nas respostas entre professores e alunos.

Na opção *outra situação*, foi esclarecido aos participantes da pesquisa, que eles poderiam estar na condição de ouvinte.

Nesta questão 93% dos professores responderam que se viram envolvidos como testemunha, e entre os alunos, houve uma equidade nos percentuais entre vítima e agressor (22%). Conforme observações no próximo gráfico:

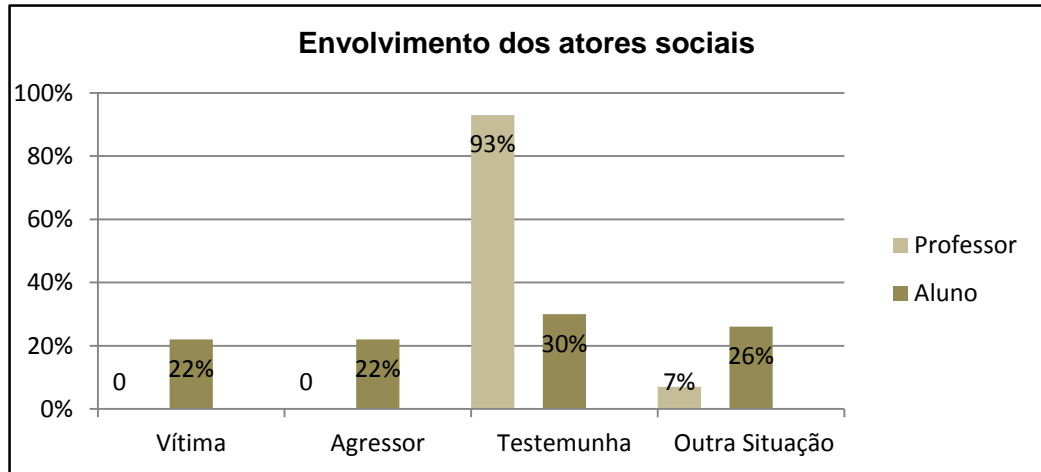


Gráfico 04. Durante as práticas de violência você se viu envolvido:
Fonte: Autor (2012).

A próxima pergunta difere para professores e alunos, por isso foram analisadas separadamente.

No gráfico abaixo, 65% dos professores afirmaram que relataram o fato para a equipe diretiva ou monitor, e 35% aos colegas. Podemos observar no gráfico 05:

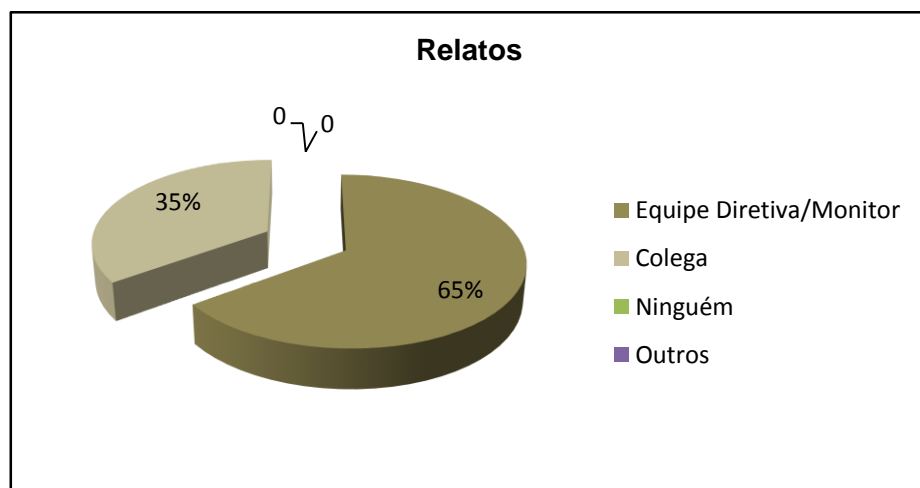


Gráfico 05. A quem você relatou:
Fonte: Autor (2012).

Observamos que os alunos entrevistados não relataram o fato aos seus professores e funcionários. Por outro lado 55% não relataram o fato a ninguém, e apenas 5% revelaram aos pais ou responsáveis. Não informaram e relataram a outros 20%. O gráfico a seguir apresenta este percentual:

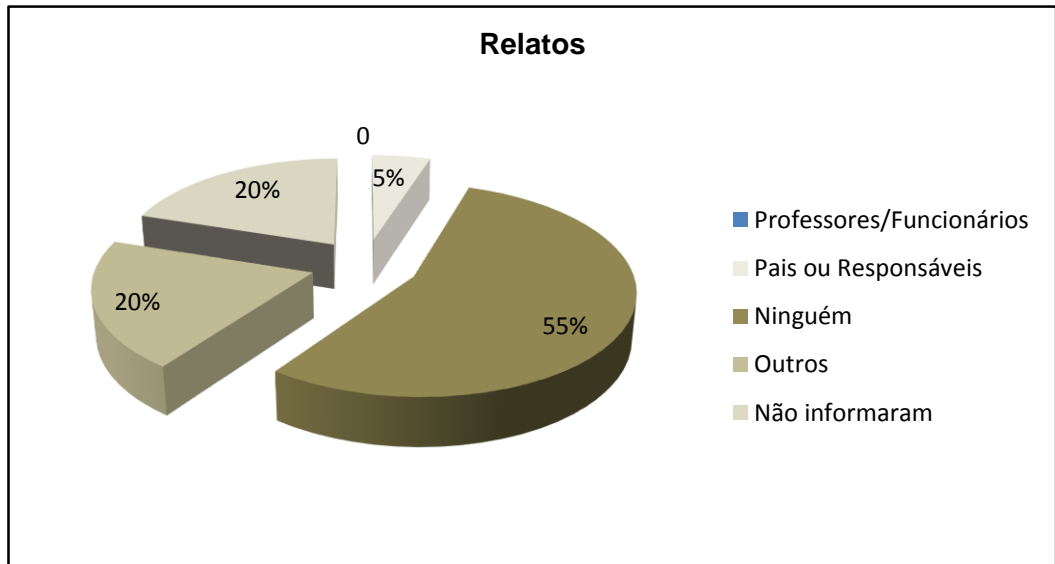


Gráfico 06. Você relatou o fato aos:
Fonte: Autor (2010).

Se no gráfico 03 os alunos apontaram que a maior ocorrência de episódios de violência é na sala de aula, então não deveria ser ali que o aluno deveria relatar o fato? Entende-se que para restaurar as relações e administrar conflitos na sala de aula, o professor deve favorecer o diálogo. Neste sentido Rabbani (2003, p.75) afirma que “através do diálogo, educadores e educandos têm a oportunidade de refletir sobre a condição uns dos outros”.

No que diz respeito aos tipos de violências identificadas na escola, os alunos e professores apontaram (gráfico 07) os xingamentos e colocar apelidos como as principais formas de agressões. A equipe gestora com base nestes dados pode promover práticas restaurativas que é uma nova abordagem na resolução de conflitos fundamentada nos princípios da Justiça Restaurativa.

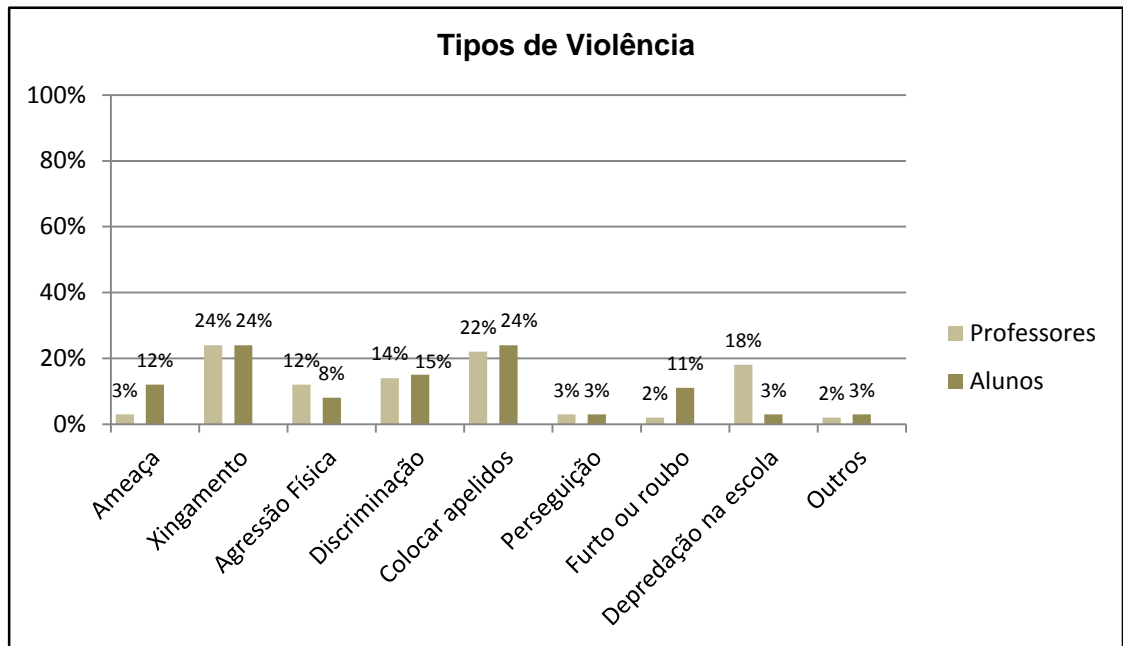


Gráfico 07. Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:
Fonte: Autor (2010).

O trabalho dos gestores é importante para criar um clima de confiança e equilíbrio na escola. Portanto a promoção da confiança, da escuta pode transformar a comunicação entre os segmentos escolares:

Quando os gestores escolares estão atentos a tais situações e atuam como formadores e mobilizadores de equipe, no sentido de canalizar as energias de todos para a expressão de comportamentos de discrição, apoio, respeito e confiabilidade, a escola funciona mais efetivamente. Na medida em que se esteja atento a manifestações que possam perturbar tal mobilização e espírito, a escola progride e todos se realizam. (LÜCK, 2009, p.92-93).

Na opinião dos professores entrevistados (100%), a equipe gestora tem agido para combater as situações de violência no espaço escolar. Os alunos indicaram que em 70 % dos casos a equipe gestora age para combater estas situações de violência, 10% responderam que não, e 20% não souberam responder (gráfico 08).

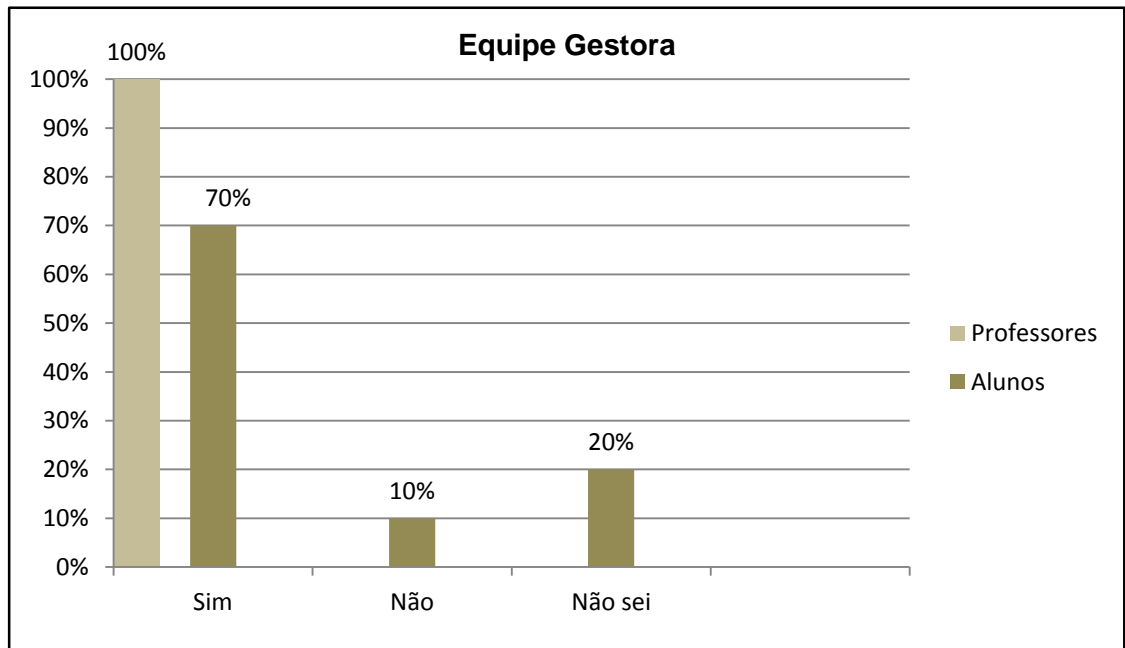


Gráfico 08. Em sua opinião, a equipe gestora tem agido para combater estas situações de violência?

Fonte: Autor (2012).

Utilizar no ambiente escolar uma linguagem não violenta, para resolução de conflitos e danos amplia o diálogo e possibilita humanizar as relações das pessoas que convivem no contexto educacional. Segundo Dias (2010):

No modelo de justiça restaurativa, com efeito, parte-se do princípio de que todo o dano imposto (...) rompe o equilíbrio das relações sociais em uma comunidade dada. Esta ruptura produz um conjunto de situações indesejáveis, parte delas diretamente perceptíveis como sofrimento ou dor daquele que foi diretamente atingido pelo dano. (...). Para a justiça restaurativa a principal preocupação após a notícia do fato é a de restabelecer as relações sociais; vale dizer: reconstruir o equilíbrio rompido (DIAS, 2010, p. 55 apud ROLIM, 2004, p. 18).

Nesta nova abordagem na resolução de conflitos, algumas escolas tem obtido sucesso, em favor da pacificação e humanização das escolas públicas. Conforme podemos verificar no ANEXO A⁹.

⁹ Vide página 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das escolas adotam medidas punitivas quando acontecem os conflitos, que vão desde advertências (orais ou escritas), suspensões, até transferência de escola. Observa-se que tais medidas acarretam mais descontentamentos, agressões e algumas vezes ameaças às equipes gestoras, aos professores, aos alunos e as vítimas.

Assim como é profícuo buscar alternativas para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem na educação básica, é imprescindível implantar práticas que humanizem o ambiente escolar.

Nesta pesquisa procurou-se apresentar a problemática do conflito na realidade escolar, e estudos são fundamentais para entendermos que existe uma nova abordagem para a equipe gestora, professores, responsáveis, funcionários e alunos, de modo que os mesmos possam humanizar e pacificar os espaços escolares e seu entorno. A pesquisa aponta como alternativa desenvolver práticas sedimentadas nos princípios e valores da Justiça Restaurativa.

Ao finalizar este estudo cujo objetivo é promover uma cultura de paz na escola de ensino público por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa, como forma de lidar com as situações de violência e restauração de conflitos, constatou-se que a Justiça Restaurativa representa uma nova perspectiva que vem favorecer e harmonizar as relações no ambiente escolar. Um novo olhar para resolução de conflitos está surgindo, este modelo cria espaço para a escuta onde os atores sociais envolvidos tem a oportunidade de restaurar relações que foram rompidas por algum conflito.

Com a pesquisa realizada pode-se concluir que professores e alunos estão conscientes quanto à realidade escolar como a existência de violência na escola, onde elas ocorrem, os tipos de violência, e se a equipe gestora busca minimizar esta problemática.

O questionário serviu como um indicador de mudanças e discussão, e para promover a construção de ações coletivas. Os dados coletados foram significativos para concluir a pesquisa.

Nesta abordagem, a inserção de práticas restaurativas fortalece as relações entre alunos, professores, funcionários e comunidade local. Para isso a escola deve ser um local acolhedor disponibilizando projetos e atividades que seja voltado para todos.

Esta realidade levou a equipe gestora, coordenação pedagógica e professores a adotar medidas para sensibilizar a comunidade escolar e local no sentido de combater os tipos de violência que foram apontados pelos entrevistados.

Assim as escolas que desejarem adotar uma comunicação da não violência, deverão conhecer a realidade e o seu entorno, e como a comunidade escolar lida com a violência.

Partindo daí, as escolas podem promover uma cultura de paz através de ações restaurativas via diálogo, via interação mútua entre os participantes do processo restaurativo.

Este estudo foi relevante para a escola mediar os conflitos diários, de forma pacífica. Hoje na escola raramente é utilizada a Brigada Militar, o Conselho Tutelar ou registros de atas para a resolução de problemas.

Por fim, este estudo sugere que a aplicação desse novo paradigma pode promover mudanças em nossas famílias, escolas e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUIÃO, L. A. **Reflexões sobre o Facilitador de Justiça Restaurativa: O Caso de Porto Alegre**. 2010, 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BEISIEGEL, C. de R. **Paulo Freire**. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 128 p.: il. - (Coleção Educadores).

BRASIL, **Constituição da República Federativa**, Porto Alegre - CORAG - Assessoria de Publicações Técnicas. 16ª Edição, 2005.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. [1997]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>> Acesso em: 03/05/2010. 142p.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRANCHER, L; TODESCHINI, T. B.; MACHADO, C. (Orgs.). **Justiça para o século 21: Instituinto praticas restaurativa – Manual de práticas restaurativas**. Porto Alegre: AJURIS, 2008.

CAMARGO, P. de. **Justiça para todos**. Pátio Revista Pedagógica, Porto Alegre, ano XII, n. 50, 2009, p. 34-37.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed, São Paulo: Cortez, 2006.

CHRISTOV, L. H. DA SILVA (ORG); BRUNO, E. B. G. **O Coordenador Pedagógico e a Educação continuada**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 820/2009, de 9 de dezembro de 2009. **Responde consulta sobre a inserção de normas de convivência nos Regimentos Escolares das escolas de Educação Básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino**. Rio Grande do Sul. 9 de dez. 2009. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Parecer_CEEEd_820_2009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CORRÊA, R. A. MILANI, Feizi M. (org.). **Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. 356 p.: il.

DEMO, P. **A nova LDB: Ranços e Avanços**. 19ª ed. Campinas, SP: Papirus. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DIAS, A. B. F. **A Representação dos atores sociais em um manual de iniciação em Justiça Restaurativa: a emergência de um novo paradigma**. 2010, 133 f.

Dissertação (Mestrado em Letras). Área de Concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

EDNIR, M. (Org.). **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania** - São Paulo : CECIP, 2007. 128 p. : il.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios/Paulo Freire**. – 5ª ed. - São Paulo, Cortez, 2001. 57p.

GROSSI, P.K. ; AGUINSKY, B. G.; SANTOS, A. M. **Justiça Restaurativa nas escolas de Porto Alegre: desafios e perspectivas**. [2008]. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_272.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

JESUS, R. DE C. D. P.; MILANI, FEIZI M. (org.). **Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. 356 p.: il.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. **Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências**. [1995].

Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf>. Acesso em: 20 de jul de 2012.

LÜCK, H. **A gestão Participativa na escola**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Série Cadernos de Gestão.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, L. F. **A Justiça Restaurativa no Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator: Implicações para o Processo de Trabalho do Assistente Social**. 2007, 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

PENIN, S. T. de S. – **Progestão módulo 1** – Brasília – 2001.

PINTO, R. S. G. **Justiça Restaurativa é possível no Brasil?**. In.: SKAKMON, C.; DE VITTO, R. C. P.; PINTO, R. S. G. (Orgs.). **Justiça Restaurativa**. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – 2005.

RABBANI, M. J.; MILANI, Feizi M. (org.). **Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. 356 p.: il.

VIANNA, I. O. de A. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

WESTBROOK, R. B. **John Dewey**. Tradução e organização: José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 136 p.: il. – (Coleção Educadores).

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da Pesquisa (professores).



Os dados deste questionário serão utilizados para pesquisas e elaboração de monografia de Pós-Graduação em Gestão Educacional. UFSM/RS. Não é necessário a sua identificação. Responsável: Clara Celina Ferreira Dias

Práticas de violência no espaço escolar

1 - Existem episódios de violência no espaço escolar?

sim não não sei

2 - Os episódios de violência ocorreram:

Na sala de aula Durante o recreio Próximo à escola outro local

3 – Durante as práticas de violência você se viu envolvido como:

vítima agressor testemunha outra situação

4 – A quem você relatou

Equipe diretiva/monitor colega ninguém outros

5 – Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:

ameaça

xingamento

Agressão física

discriminação

colocar apelidos

Perseguição

furto ou roubo

depredação na escola

outros _____

6 - Em sua opinião, a equipe gestora tem agido para combater estas situações de violência?

sim não não sei

APÊNDICE B - Questionário da Pesquisa (alunos).



Os dados deste questionário serão utilizados para pesquisas e elaboração de monografia de Pós-Graduação em Gestão Educacional.
UFSM/RS. Não é necessário a sua identificação.
Responsável: Clara Celina Ferreira Dias

Práticas de violência no espaço escolar

1 - Existem episódios de violência no espaço escolar?

sim não não sei

2 - Os episódios de violência ocorreram:

Na sala de aula Durante o recreio Próximo à escola outro local

3 – Durante as práticas de violência você se viu envolvido como:

vítima agressor testemunha outra situação

4 - Você relatou o fato aos:

professores/funcionários pais ou responsável ninguém outros

5 – Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:

ameaça

xingamento

Agressão física

discriminação

colocar apelidos

Perseguição

furto ou roubo

depredação na escola

outros_____

6 – Em sua opinião, a equipe escolar tem agido para combater estas situações de violência?

sim não não sei

TABELAS

Tabela 1 - Características dos entrevistados quanto às práticas de violência no espaço escolar (Professores).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Existem episódios de violência no espaço escolar?		
Sim	14	100%
Não	0	0
Não sei	0	0
Os episódios de violência ocorreram:		
Na sala de aula	9	36%
Durante o recreio	10	40%
Próximo à escola	5	20%
Outro local	1	4%
Total	25	100%
Durante as práticas de violência você se viu envolvido como:		
Vítima	0	0
Agressor	0	0
Testemunha	13	93%
Outra Situação	1	7%
Total	14	100%
A quem você relatou?		
Equipe diretiva/Monitor	11	65%
Colega	6	35%
Ninguém	0	0
Outros	0	0
Total	17	100%

Fonte: Autor (2012).

Tabela 2 – Características dos entrevistados quanto aos tipos de violência praticados na escola (professores).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:		
Ameaça	2	3%
Xingamento	14	24%
Agressão física	7	12%
Discriminação	8	14%
Colocar apelidos	13	22%
Perseguição	2	3%
Furto ou roubo	1	2%
Depredação	11	18%
Outros	1	2%
Total	59	100%

Fonte: Autor (2012).

Tabela 3 – Características dos entrevistados em relação a atuação da equipe diretiva em combater a violência escolar (professores).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Em sua opinião, a equipe escolar tem agido para combater estas situações de violência?		
Sim	14	100%
Não	0	0
Não sei	0	0
Total	14	100%

Fonte: Autor (2012).

Tabela 4 - Características dos entrevistados quanto às práticas de violência no espaço escolar (Alunos).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Existem episódios de violência no espaço escolar?		
Sim	17	85%
Não	3	15%
Não sei	0	0
Total	20	100%
Os episódios de violência ocorreram:		
Na sala de aula	12	41%
Durante o recreio	11	38%
Próximo à escola	2	7%
Outro local	2	7%
Não responderam	2	7%
Total	29	100%
Durante as práticas de violência você se viu envolvido como:		
Vítima	6	22%
Agressor	6	22%
Testemunha	8	30%
Outra Situação	7	26%
Total	27	100%
A quem você relatou?		
professores/funcionários	0	0
pais ou responsável	1	5%
Ninguém	11	55%
Outros	4	20%
Não informaram	4	20%
Total	20	100%

Tabela 5 – Características dos entrevistados quanto aos tipos de violência praticados na escola (Alunos).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Qual (is) tipo (s) de violência você identifica no espaço escolar:		
Ameaça	8	12%
Xingamento	16	24%
Agressão física	5	8%
Discriminação	10	15%
Colocar apelidos	16	24%
Perseguição	2	3%
Furto ou roubo	5	11%
Depredação	2	3%
Outros	2	3%
Total	66	100%

Fonte: Autor (2012).

Tabela 6 – Características dos entrevistados em relação a atuação da equipe diretiva em combater a violência escolar (Alunos).

Variáveis	Ocorrências	Porcentagem
Em sua opinião, a equipe escolar tem agido para combater estas situações de violência?		
Sim	14	70
Não	2	10
Não sei	4	20
Total	20	100%

Fonte: Autor (2012).

ANEXO

ANEXO A - Reportagem do Jornal Diário de Santa Maria/RS

GERAL

DIÁRIO DE SANTA MARIA 10
SEXTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2012

EDUCAÇÃO Escola Walter Jobim faz 40 anos com ambiente mais fraterno

BRUNA CASTRO
Especial

A lição é combater a violência escolar

Registros policiais por agressões físicas entre alunos, ameaças à integridade física e danos ao patrimônio escolar, entre outras ocorrências, eram o fiel retrato da Escola Estadual Dr. Walter Jobim há alguns anos. Porém, hoje em dia, a comunidade escolar da instituição – fundada em 10 de novembro de 1972 e sediada no bairro Itararé, em Santa Maria – orgulha-se de ter reduzido os tristes números de violência entre alunos. O fato é festejado em meio às comemorações dos 40 anos da escola, completados no último sábado.

Em 2009, o índice chegou a 600 casos, mas, cerca de três anos após a adoção de medidas pedagógicas em conjunto com as famílias dos estudantes, houve 123 registros, fato que comprova uma queda de mais de 50% de situações de hostilidade vividas em âmbito educacional. A diretora da escola, Ana Paula Maciel, credita a redução do número alarmante aos esforços dos professores em humanizar o ambiente escolar.

– Iniciamos, há dois anos, a aplicação dos círculos restaurativos. Em um primeiro momento, passamos a desenvolver o projeto Resgatando Valores para a Vida, em que discutimos medidas disciplinares e acabamos retirando a suspensão de alunos das normas de convivência da escola. Ao mesmo tempo, os próprios professores e funcionários receberam uma formação junto ao Ministério Público sobre justiça restaurativa. Isso tudo com o objetivo de enfrentamento da violência – explica a diretora.

Ela lembra com pesar que, até pouco tempo atrás, a escola se encontrava em um ambiente de constante tensão devido à indisciplina generalizada que pairava na comunicação entre pais, alunos e os próprios professores. A estudante da 8ª série Jaíara da Cruz Pereira, 16 anos, faz coro às palavras da diretora:

– Sempre fui pavo curto, sabe? De não levar desafios para casa. Mas, hoje, me orgulho de estar mais calma, de ter aprendido algumas lições e de ter parado de brigar por motivos fúteis. Hoje, volto para casa falando de como a aula está boa, de como estou me dando melhor com meus colegas.

O fato é que as práticas educacionais de contenção da violência estão visíveis no cotidiano de cada um que frequenta o espaço escolar. Com os resultados positivos alcançados, houve uma melhora até mesmo no aprendizado.

– Em um ambiente mais fraterno e acolhedor, fica mais fácil aprender – diz a diretora Ana Paula.

A comemoração tem um motivo: os registros de violência na escola, que chegaram a 600 em 2009, somam 123 nos últimos três anos

RONALD MENDES - 13/11/12



COM O EMPENHO DE TODOS
Para humanizar a convivência nas dependências da escola, medidas pedagógicas englobam os alunos e seus familiares